

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 25/2014 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 37 | |

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 25/2014 DE 05 DE DEZEMBRO

----- Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima quinta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Carlos Dias Mota e Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia, foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal.** -----

----- O Sr. Presidente informou a Vereação de que a sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal irá realizar-se no próximo dia 15 de dezembro, pelas catorze horas. -----

----- **b) Reunião extraordinária da Câmara Municipal.** -----

----- O Sr. Presidente informou a Vereação de que, nos termos da lei, ficam desde já convocados para uma reunião extraordinária da Câmara Municipal que irá ter lugar no próximo dia 15 de dezembro, pelas 13h40, cuja ordem do dia terá um único ponto, que se prende com a decisão de adjudicação relativa ao concurso público para aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para o ano de 2015, no âmbito do Agrupamento de Entidades Adjudicantes formado nomeadamente pela CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os catorze municípios que a compõem, cuja proposta de adjudicação será remetida por correio eletrónico. -----

----- **c) Prémio de mérito atribuído à Cooperativa Agrícola do Alto Paiva.** -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira endereçou os parabéns à Cooperativa Agrícola do Alto Paiva, na pessoa do Presidente da Direção, Vereador Carlos Mota, pelo prémio de mérito atribuído pela CONFAGRI – Confederação Nacional dos Agricultores, pelos relevantes serviços prestados aos agricultores do Município de Vila Nova de Paiva e na área de intervenção da Cooperativa, ficando a Cooperativa nos cinco primeiros lugares. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia vinte e um de novembro do ano em curso**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião do dia vinte e um de novembro do ano em curso.-----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Ilídio Silva Ferreira - Serralharia Civil, Unipessoal Lda**, com sede em Pendilhe – Por requerimento registado no dia 06.10.2014, vem requerer a aprovação do projeto e o licenciamento para construção de um pavilhão industrial para serralharia (ferro, aço, inox e alumínio), no Lugar de Sangrinho, em Vila Cova à Coelheira. -----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pelo Sr. Presidente.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) 13.^a Alteração ao Orçamento do exercício de 2014** – Conhecimento do Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 21 de Novembro, de aprovação da alteração no uso de competência delegada.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Comissão de Finalistas da Escola Secundária de Vila Nova de Paiva** – Por requerimento registado em 27.11.2014, solicitam autorização para realização do Baile de Finalistas e emissão da respectiva licença de ruído – Isenção do pagamento de taxas.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a isenção do pagamento de taxas municipais, atendendo aos fins a que se destina a realização do baile. -----

----- **c) Irmandade do Senhor dos Paços de Vila Cova à Coelheira** – Por ofício registado em 27 de Novembro de 2014, solicitam apoio financeiro para as obras de

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 25/2014 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 37 | |

recuperação, reconstrução e ampliação do Santuário de Nosso Senhor do Calcário, em Vila Cova à Coelheira. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, atendendo ao interesse público municipal na requalificação do santuário, autorizar a concessão de uma verba no valor de vinte mil euros para apoio ao investimento que ascendeu a cerca de cento e quarenta e nove mil euros.-----

----- **d) Associação Amigos do Pêlo, com sede na Rua da Pedralva s/n, em Vila Nova de Paiva** – Por ofício registado em 17.1.2014, informam da constituição da Associação em oito de setembro de 2014, e solicitam o restabelecimento do protocolo de colaboração para manutenção do Centro de Recolha e Reabilitação Animal de Vila Nova de Paiva, anteriormente da responsabilidade da Associação do Cantinho dos Animais Abandonados, de Viseu.-----

----- Suscitada pelo Sr. Presidente, a Sr.ª Prof. Manuela Frade Correia, presente na reunião na qualidade de presidente da Direção da Associação, acompanhada da Sr.ª Sónia Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, forneceu dossier sobre a missão e objetivos da Associação.-----

----- A Vereação tomou conhecimento do ofício datado de 10 de março de 2014 da Associação do Cantinho dos Animais Abandonados, de Viseu, dando conta das dificuldades financeiras para a manutenção das instalações do Pêlo de Vila Nova de Paiva, propondo que o Município aceite ficar proprietário das instalações durante um período de cinquenta anos, a ceder mediante escritura pública, assumindo o Município os respetivos encargos.-----

----- O Sr. Vereador Cristóvão interveio, para enaltecer o trabalho voluntário dos elementos da associação presentes e parabenizou a forma como foi apresentado o projeto.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade, mandar o Sr. Presidente para negociar a proposta da Associação O Cantinho dos Animais, de 10 de março de 2014, para então, posteriormente, se avaliar o enquadramento e os termos da eventual parceria do Município com a Associação Amigos do Pêlo.-----

----- **e) Espaço Industrial Municipal de Vila Cova à Coelheira** – Proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com 20.850 m2, inserida em espaço industrial sito ao Lugar do Sangrinho na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente datada de 1 de dezembro 2014, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) Em cumprimento do n.º 1 do artigo 74.º, por remissão do n.º 1 do artigo 96.º, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (doravante RJIGT), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e alterado pelo Decreto -Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, e atenta às alterações referidas no Decreto -Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada por unanimidade na sua reunião ordinária, de natureza pública, que teve lugar no dia 7 de fevereiro de 2014, decidiu proceder à alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Paiva, cujo Regulamento foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/94, de 15 de março, alterado e republicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2005, de 15 de janeiro, e com as alterações, por adaptação, aprovadas pelos Avisos n.ºs 276/2009, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 3, de 6 de janeiro de 2009, e 11.595/2011, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 101, de 25 de maio de 2011;

b) Em conformidade com a alínea b), do n.º 4, do art.º 148.º do RJIGT, e para efeitos de participação pública, foi aquela alteração publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 39, de 25 de fevereiro de 2014, através do Aviso n.º 3.024/2014, pelo período de 15 dias, bem como em dois jornais diários (Diário de Viseu e Público) e num semanário (Expresso) e na página eletrónica do Município (conforme n.º 2 do art.º 149.º do RJIGT).

c) Decorrido o referido prazo, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva deliberou na sua sessão ordinária pública que teve lugar no dia 28 de abril de 2014, ao abrigo do n.º 1 do artigo 79.º do RJIGT, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião extraordinária realizada no dia 15 de abril de 2014, aprovar, em definitivo, a referida quarta Alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Paiva, entretanto publicada pelo Aviso n.º 13159/2014 na 2.ª série do Diário da República n.º 229, de 26 de novembro de 2014.

d) Aquela alteração não tem qualquer implicação no Regulamento do PDM, limitando-se a alterar o limite da área assinalada na Planta de Ordenamento do PDM como Espaço Industrial (ZI), no lugar do Sangrinho, na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, ampliando a mesma em 1,01 hectares, passando da área atual de 14,27 hectares para 15,28 hectares, o que se traduz num acréscimo de 6,6%, relativamente à área total, e destinada à instalação de pequenas unidades de produção e ou transformação, não poluidoras, por isso com impacto ambiental diminuto, quer pela sua dimensão, quer pela sua natureza (como é o caso, por

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 25/2014 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 37 | |

exemplo, de serralharias, carpintarias, armazéns de produtos agrícolas, para a construção e ou outros de natureza similar), incentivando a sua deslocalização do interior dos aglomerados urbanos e fomentando o investimento e a criação de emprego, favorecendo a fixação de população na área do Município.

e) Nessa conformidade importa, desde já, proceder à delimitação de uma primeira unidade territorial pertencente àquele espaço industrial e integrada no domínio público municipal, sobre a qual incidirá futuramente um primeiro projeto de loteamento municipal, para dar satisfação a interessados em instalar unidades industriais naquele espaço industrial, aplicando-se-lhes para o efeito, por analogia, as regras contidas no Regulamento Municipal de Venda e Aquisição de Terrenos do Loteamento Industrial do Vale do Forno de Vila Nova de Paiva publicado pelo Edital n.º 378/99 na 2.ª Série do Diário da República n.º 264, de 12 de novembro de 1999.

f) Para que aquela unidade territorial passe a integrar o domínio privado do Município e nela possa incidir um loteamento industrial, é necessário proceder à sua desafetação do domínio público municipal.

g) De harmonia com o disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberar sobre a desafetação de bens do domínio público municipal.

Assim, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar, para submissão à apreciação e decisão da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva ao abrigo da alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º do RJAL, a presente proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 20.850 m² (vinte mil e oitocentos e cinquenta metros quadrados), destinada à construção, inserida no Espaço Industrial sito ao Lugar do Sangrinho, na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, conforme Planta de Localização anexa, com as seguintes confrontações:

- Norte: Freguesia de Vila Cova à Coelheira;*
- Nascente: Freguesia de Vila Cova à Coelheira;*
- Sul: Caminho e outros;*
- Poente: Estrada Municipal.*

À referida parcela de terreno é atribuído o valor de € 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos euros).

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, devendo ser submetida a apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal. -----

----- **f) Autorização prévia genérica de assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2015 no âmbito da LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 4 de dezembro. ---

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente datada de 04 de dezembro de 2014, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) De acordo com o disposto no n.º 1, conjugado com o n.º 6, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou em anexo o Código dos Contratos Público (CCP), a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargos plurianuais, isto é, a encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de bens e serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

i) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, como é o caso das Grandes Opções do Plano (GOP) nos Municípios; ou

ii) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (20.000 contos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

b) Acontece, porém, que a alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, doravante designada de LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, estabelece que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita aos municípios, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

c) Por sua vez, o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pelas Leis n.ºs 64/2012, de 20 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, diploma que regulamenta a citada LCPA, vem dispor, no que diz respeito aos

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 25/2014 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 37 | |

municípios, que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela Assembleia Municipal poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP).

d) Como por força do art.º 13.º da LCPA, o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da mesma LCPA, prevalece sobre referido n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para o ano de 2015 há necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no n.º 1 daquele art.º 22.º.

Assim, face ao exposto, e por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do setor público administrativo, sendo um procedimento já adotado neste Município no exercício transato, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta nos termos que se seguem:

1.º – Para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, que seja dada autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2.º – A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá ter lugar quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA, e respetiva regulamentação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3.º – A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, dentro dos limites legais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 que antecede, até ao montante permitido por lei no âmbito do regime de contratação pública.

4.º – O regime de autorização prévia ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2 que antecedem a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015.

5.º – Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser apresentada pelo Presidente da Câmara informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

6.º – A presente deliberação deverá ser submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, a submeter a apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal.-----

----- **g) Seguro de acidentes pessoais dos membros da Câmara Municipal – Fixação do seu valor e coberturas – Atualização** – Proposta do Sr. Presidente de 2 de dezembro de 2014.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente datada de 2 de dezembro de 2014, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) O art.º 17.º do Estatuto dos Eleitos Locais (doravante EEL) aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, alterada e republicada em Anexo à Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, e alterada pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, regula a matéria dos seguros de acidentes pessoais, estabelecendo que todos os eleitos (quer dos municípios quer das freguesias) têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respetivo órgão, que fixará o seu valor.

b) Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, ou seja a tempo inteiro, o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal, a qual de cada vez que é atualizada pressupõe a correspondente atualização do seguro.

c) Este seguro destina-se a acautelar eventuais acidentes que ocorram no desempenho das funções autárquicas ou por causa delas.

d) A remuneração mensal dos presidentes de câmara de municípios com menos de quarenta mil eleitores é atualmente no montante, sem reduções remuneratórias, de três mil e cinquenta e três euros, pelo que o valor mínimo do seguro será de € 152.650,00 para os membros em regime de permanência.

e) Importa atualizar o seguro de acidentes pessoais em vigor.

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo do n.º 1 do art.º 17.º do EEL, delibere autorizar a atualização do seguro de acidentes pessoais dos seus membros nas seguintes condições:

i) Âmbito territorial: todo o Mundo.

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 25/2014 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 37 | |

ii) *Pessoas seguras: Presidente da Câmara, Vereadores e tempo inteiro e a meio tempo, bem como os vereadores em regime de não permanência ou seus substitutos nas reuniões camarárias.*

iii) *Riscos a segurar: Risco Profissional e Extraprofissional (24 horas por dia) e Risco Profissional (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas).*

iv) *Coberturas: Morte ou Invalidez Permanente, Incapacidade Temporária, Despesas de Tratamento e Repatriamento, Despesas de Funeral, e garantia adicional dos seguintes riscos:*

– *Resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio;*

– *Consequentes de greves, distúrbios laborais e alterações de ordem pública;*

– *Resultantes da utilização pelo Segurado/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas, triciclos, quadriciclos e aeronaves comerciais e particulares.*

v) *Coberturas/Capitais por pessoa segura, independentemente do cargo:*

– *Morte ou invalidez permanente € 152.650,00;*

– *Incapacidade Temporária € 75,00/dia;*

– *Despesas de tratamento € 15.265,00;*

– *Despesas de funeral € 2.500,00;*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- **g) Instalação da Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro**, da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas – Contrato-Programa n.º 1.709/2005 celebrado em 29 de setembro de 2005 entre o então IPBL – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e o Município de Vila Nova de Paiva, prorrogado até 28 de setembro de 2014 através do Contrato n.º 438/2010 celebrado em 24 de maio de 2010 – Conhecimento da comunicação de 28 de novembro da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), de autorização de nova prorrogação do contrato-programa até 31 de dezembro de 2016.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **h) 3.ª Revisão do Orçamento Municipal do ano de 2014, em proposta, para apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal.**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a 3.ª revisão ao Orçamento, a submeter a apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal. -----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

aprovaram. -----

-----ENCERRAMENTO-----

e por mim que a secretariei. -----

[illegible]